



Sociedade será ouvida sobre novo Código Penal, diz Sarney

José Cruz/Agência Senado



Gilson Dipp (C), presidente da comissão de juristas, entrega ao presidente do Senado, José Sarney, o anteprojeto de reforma do Código Penal: diploma legal é de 1940 e precisa de modernização

Juristas entregaram ao Senado proposta de reforma do Código Penal; presidente da Casa disse que participação dos cidadãos será importante na tramitação do projeto

Depois de sete meses de trabalho, a comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar um anteprojeto de reforma do Código Penal entregou ontem suas sugestões ao presidente da Casa, José Sarney. O Código Penal em vigor é de 1940 e não corresponde à atual realidade do Brasil. Os juristas propõem, por exemplo, a descriminalização do porte de droga para consumo próprio e do aborto em

certas situações (quando a mãe não tiver condições psicológicas de criar o filho e quando o feto for anencéfalo ou tiver doença que o levará à morte após o nascimento). Por outro lado, o *bullying*, a homofobia e a participação em milícias passariam a ser crimes, com pena de prisão. Na cerimônia de ontem, José Sarney disse que a população será ouvida e que o projeto poderá passar por mudanças. **4 e 5**

Norte concentra maior número de rotas de tráfico de pessoas 8

Teresina já pode ouvir a programação da Rádio Senado 2

“Recebi dinheiro sujo”, diz radialista que trabalhou para Marconi Perillo

Luiz Carlos Bordoni afirmou ontem, na CPI do Cachoeira, ter recebido R\$ 170 mil por serviços à campanha de Marconi em 2010, R\$ 40 mil pagos diretamente pelo governador. **7**

Os tucanos Alvaro e Sampaio (de pé) discutem com os petistas Teixeira e Cunha (sentados)



Genilfo Magalhães/Agência Senado

Exploração sexual de criança pode ter pena maior 4

Punição para mais crimes praticados pela internet 4

Ministro debaterá em 11 de julho *impeachment* de Fernando Lugo 6

Senado aprova MP com licitação diferenciada para obras do PAC

O Plenário aprovou ontem o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tempo médio das licitações pode cair de 240 para 80 dias. **3**



Moreira Maniz/Agência Senado

Regime aprovado ontem pelo Plenário já vale para as obras destinadas à Copa das Confederações de 2013, à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016

Um ano da
Ouvidoria
do Senado Federal

Criada para que o cidadão possa dar sugestões, fazer críticas, elogios, reclamações e até denúncias relacionadas às atividades e aos serviços da Casa, a Ouvidoria já recebeu mais de 3.300 mensagens, número que tem crescido a cada mês

Ouvidoria
Sua voz ecoa no Senado Federal

Ouvidoria
do Senado Federal

SENADO
FEDERAL

Capital do Piauí é a sexta a contar com a emissora em FM. Plano de expansão prevê que ainda este ano será iniciada a transmissão também para Belém, Rio de Janeiro, João Pessoa, Maceió e Macapá



Sarney (2º à dir.) participa de cerimônia de inauguração da rádio com os senadores piauienses: João Vicente, Wellington e Ciro

Rádio Senado começa a transmitir para Teresina

A POPULAÇÃO DE Teresina passou a receber ontem a programação da Rádio Senado, na frequência de 104,5 FM. Teresina é a sexta capital a contar com a rádio, presente também em Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz) e Rio Branco (100,9 MHz). O funcionamento no Piauí é possível a partir de parceria com a Assembleia Legislativa.

Em solenidade de lançamento no Senado, o presidente da Casa, José Sarney, assinalou o pioneirismo na divulgação das atividades legislativas, lembrando a criação da rádio em 1997 e da TV Senado em 1996.

— Convidamos o ouvinte a fiscalizar nossas ações, acompanhar, aplaudir, questionar e fazer sugestões — disse.

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita, ressaltou que os veículos institucionais ampliam o acesso do cidadão a tudo que acontece no Senado.

— O trabalho do Senado precisa ser mais bem conhecido. A realização de audiências públicas e o trabalho de comissões permanentes é muito relevante, mas isso dificilmente chega à população brasileira por meio da imprensa privada — afirmou.

Para João Vicente Claudino (PTB-PI), a instalação é um marco na comunicação do estado.

— O rádio, principalmente para nós nordestinos, talvez seja o meio de comunicação que mais atinge a vida das pessoas — avalia o senador.

Para Wellington Dias (PT-PI) e Ciro Nogueira (PP-PI), os veículos de comunicação transformaram a relação do eleitor com os parlamentares.

— Não é como quando o senador era avaliado apenas de oito em oito anos — disse Ciro.

Wellington acrescentou que, por meio do sistema, cada vez mais se pode acompanhar as atividades do Senado.

O presidente da assembleia, Themístocles Filho, explicou que a instituição cedeu suas instalações para viabilizar a Rádio Senado no estado e anunciou o mesmo procedimento para a TV Senado.

O projeto de expansão da Rádio Senado prevê, ainda este ano, início das transmissões para Belém, Rio de Janeiro, João Pessoa, Maceió e Macapá.

A ética não depende de leis, diz filósofo

Um dia depois da condenação de Demóstenes Torres (sem partido-GO) pelo Conselho de Ética, o Senado ouviu o filósofo Franklin Leopoldo e Silva fazer uma defesa apaixonada da capacidade de resistência do ser humano aos atos contra a consciência. Ele foi o quinto intelectual a participar do Fórum Senado Brasil 2012, que segue até 7 de agosto, no auditório do Interlegis.

Franklin não se referiu diretamente ao caso Demóstenes, mas o tema surgiu das perguntas da platéia, que quis saber como se pode prevenir atos contra a ética e a moral na política, o assunto da conferência da noite. O filósofo concentrou seus argumentos



Franklin Leopoldo e Silva foi o quinto palestrante do Fórum Senado Brasil

no processo de conscientização do indivíduo.

— A ética e a moral não decorrem de regras e leis. Aquele que encontra a si mesmo, que é e escolhe como agir, vive de

forma ética e moral, porque tem como valores éticos e morais aquilo que sua própria consciência lhe aponta — afirmou.

Segundo Franklin, as regras sociais e as leis estão muitas vezes contaminadas por vícios. No nazismo, lembrou, um grande contingente de indivíduos agiu segundo os mesmos ditames e leis que legitimaram o mal.

O risco de a individuação descambar para o solipsismo (isolamento) ou o narcisismo (autoadmiração) dever ser neutralizado pela ação no plano social, segundo Franklin:

— A única forma de evitar o mal é pensar por si mesmo e agir com os outros — recebeu.

Sarney destaca Fórum Senado Brasil 2012

O presidente do Senado, José Sarney, chamou a atenção em Plenário, na terça-feira, para a qualidade das palestras do Fórum Senado Brasil 2012. Este ano, o fórum tem como objetivo avaliar a primeira década do século 21 e conta com pensadores franceses e brasileiros.

Sarney destacou os temas gerais abordados no encontro, ligados à filosofia, ciência política, comunicação e tecnologia. Ele ressaltou a profundidade dos assuntos debatidos nas palestras dos filósofos franceses Francis Wolff e Charles Girard, do filósofo brasileiro Sergio

Paulo Rouanet e do físico Luiz Alberto Oliveira.

O presidente contou que o auditório tem ficado lotado, com frequência de mais de 500 pessoas, e que os debates serão reunidos em livro. Para participar, basta se inscrever pelo site www.senado.gov.br/senado/forumsenado2012.

Em seu 1º ano, Ouvidoria atendeu 3 mil mensagens

Com um ano de funcionamento, a Ouvidoria do Senado atendeu cerca de 3 mil cidadãos, com uma média de 250 mensagens mensais.

Para o ouvidor-geral, senador Flexa Ribeiro, o órgão está em evolução, estabelecendo contato direto para que as pessoas digam o que pensam sobre a Casa e recebam respostas.

— Muitas vezes as manifestações e opiniões recebidas na Ouvidoria são encaminhadas às comissões ou aos senadores, que podem se pautar por elas na hora das votações, indo ao encontro da vontade da sociedade.

O novo sistema de gestão de dados, implantado pela Secretaria de Informática do Senado (Prodasen), trouxe mais velocidade ao fluxo

das mensagens e permitiu que todas as mais de 1.700 mensagens recebidas neste semestre tenham sido respondidas.

Os cidadãos se manifestam, por exemplo, apoiando ou reprovando projetos, denunciando irregularidades, elogiando boas iniciativas do Senado e dos senadores, reclamando dos serviços da Casa e sugerindo mudanças. No semestre, os assuntos mais abordados foram o concurso público do Senado, a atuação parlamentar (projetos e discursos) e a reforma do Código Penal.

O trabalho da Ouvidoria do Senado culminou na efetivação de acordo de cooperação com as ouvidorias da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU).

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Minha Casa, Minha Vida

14h A pauta continua trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 15/12) que amplia crédito do BNDES e altera regras do Minha Casa, Minha Vida.

PRESIDÊNCIA: Plano Agrícola e Pecuário

10h O presidente do Senado, José Sarney, participa de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2012–2013, no Palácio do Planalto. Às 16h, preside a ordem do dia.

CRA: Comitiva da Polônia

8h30 Comissão recebe o vice-ministro da Agricultura da Polônia, Tadeusz Nalewajk, e do embaixador Jacek Junosza à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Na pauta, projeto que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis.

CDH: Cães-guia e conselho tutelar

9h Com 34 itens na pauta, a Comissão Direitos Humanos analisa projeto que trata do treinamento de cães-guia para ajudar pessoas com deficiência visual e proposta que amplia as atribuições do conselho tutelar.

CI: Áreas de preservação permanente ripárias

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina projeto que destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.

FGTS: Fundo de investimento

10h A Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço realiza audiência pública com a conselheira titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no FGTS, Esther Bemerguy de Albuquerque.

CPI DO CACHOEIRA: Ex-assessores de Agnelo Queiroz

10h15 A comissão parlamentar mista de inquérito ouve Claudio Monteiro, ex-chefe de gabinete do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz; Marcello de Oliveira Lopes, ex-assessor da Casa Militar; e João Carlos Feitosa, ex-subsecretário de Esporte do DF.

FÓRUM: Palestra do jornalista Eugênio Buccì

18h30 Tem continuidade o Fórum Senado Brasil 2012, ciclo de palestras sobre grandes temas da atualidade, com a palestra "A democracia-espetáculo e a imagem da política", ministrada por Eugênio Buccì. O fórum vai até 7 de agosto.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 8h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Empréstimos para preservação ambiental em Sergipe, Tocantins e Toledo (PR)

Os senadores aprovaram, em votações simbólicas no Plenário, três projetos de resolução que autorizam Sergipe, Tocantins e o município de Toledo (PR) a contratarem empréstimos externos destinados a dois projetos de preservação ambiental e a um programa de desenvolvimento sustentável.

Com a promulgação das resoluções, fica autorizada a operação a ser contratada entre Sergipe e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de US\$ 70,2 milhões, para financiar o uso sustentável de águas da bacia do rio Sergipe.

A cidade de Toledo ficou autorizada a assinar contrato de empréstimo com a Agência

Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de 9,4 milhões de euros, para financiar projetos de transformação de resíduos de suínos em energia e de melhor destinação do lixo urbano. Tocantins fica autorizado a contratar, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), empréstimo de US\$ 99 milhões para o Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do estado (Prodoeste), maior projeto do BID no Brasil. Com a irrigação de 36 mil hectares, a produção de grãos na região beneficiada poderá ser ampliada de 800 mil toneladas para 3,6 milhões de toneladas.

Os projetos haviam sido aprovados pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



CAE vota projetos de resolução que foram aprovados em seguida pelo Plenário

Estação brasileira na Antártica recebe R\$ 40 mi para reparar danos de incêndio

A medida que destina R\$ 40 milhões para reparos à Estação Antártica Comandante Ferraz, base militar naquele continente que foi destruída por um incêndio em fevereiro deste ano, foi aprovada em Plenário ontem.

A MP 560/12 concede ao Ministério da Defesa crédito extraordinário de R\$ 40 milhões, que serão destinados aos trabalhos de remoção dos escombros da base. O incêndio que atingiu a estação no início do ano, além de destruir 80% da base

de pesquisas — que possuía laboratórios destinados às ciências biológicas, atmosféricas e químicas —, provocou a morte de dois militares que trabalhavam no local.

Segundo a relatora, Ângela Portela (PT-RR), o crédito cobrirá a aquisição de materiais destruídos, despesas com a retirada da chata (embarcação para transporte de combustíveis) que afundou na Baía do Almirantado e a aquisição de equipamentos básicos para a realização de ações de controle ambiental.

Renan critica veto do Ibama para construção do Estaleiro Eisa

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que a sociedade alagoana recebeu com frustração a notícia de que o Ibama vetou, na prática, a construção do Estaleiro Eisa, em Coruripe. Para ele, a decisão trará “consequências nefastas” ao desenvolvimento.

— Trata-se de um investimento de 2 bilhões de reais para a geração de cerca de 30 mil postos de trabalhos, diretos e indiretos. Investimento que, sem dúvida alguma, vai contribuir para transformar o perfil socioeconômico de Alagoas — explicou.

Armando Monteiro: documento da Rio+20 é tímido, mas avançou

Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que a Rio+20 decepcionou os que esperavam soluções mais palpáveis.

— Considerado tímido, o documento deixou para 2015 a definição das metas sociais e ambientais. Mas não é pouco o processo instaurado que a Rio+20 deixou como legado. A ONU deverá criar grupo de trabalho que dará prosseguimento aos compromissos firmados — disse.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Segundo proposta incluída em MP, que segue agora para sanção, regime especial para obras da Copa passará a valer para todas as obras que forem incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento



Licitação diferenciada para obras do PAC é aprovada

A AMPLIAÇÃO DO Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi aprovada pelo Plenário do Senado. A proposta (PLV 13/12) agora segue para sanção. A medida provisória (MP 559/12) originalmente continha ainda três artigos sobre o controle da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (Celg) pela Eletrobras. Na Câmara, porém, ao ser transformada no PLV 13/12, a medida ganhou 32 novos artigos, tratando de, pelo menos, mais oito assuntos distintos.

O RDC, criado pela Lei 12.462/11, permite a flexibilização de licitações e contratos exclusivamente destinados à realização da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Agora, passará a valer também para todas as obras incluídas no PAC, como saneamento e construção de escolas e de postos de saúde.

Segundo o relator-revisor no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), “em menos de um ano de sua aplicação, o RDC já apresenta resultados positivos, como a redução no tempo médio dos processos licitatórios de 240 para 80 dias, em alguns casos tendo o processo concluído em até 20 dias, e a redução média de 15% nos custos das obras.”

— Mas acredito que vamos ter a necessidade de aprimorar o RDC para garantir ainda mais transparência e redução de custos nas obras — ressaltou.

Já o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), argumentou que o governo precisa de um regime eficiente e célere para agilizar os investimentos nas obras estruturais do país. Gim Argello (PTB-DF) considerou o RDC como instrumento para desenvolver o Brasil neste momento de crise mundial.

Críticas da oposição

A medida, no entanto, foi duramente criticada por

senadores de oposição. O líder do DEM, José Agripino (RN), alertou para o fato de que o RDC está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), uma de iniciativa dos partidos de oposição e outra do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

— O PLV, então, corre o risco de também ser inconstitucional. Quero muito que o Brasil seja competitivo e que obras sejam realizadas, mas tenho zelo pelo dinheiro público. É em nome da lisura de comportamento no serviço público que trago esse alerta — disse.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que o Regime “Desesperado” de Contratações acaba com os princípios da austeridade, da transparência e da legalidade, abrindo brecha para a corrupção. O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), afirmou que seu partido irá ingressar com uma ADI contra a proposta.

Plenário acata duas indicações ao Cade

O Plenário aprovou ontem duas indicações para integrar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Os nomes de Ana de Oliveira Frazão e Eduardo Pontual Ribeiro já haviam sido aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após sabatina no dia 13, e assumirão mandato de

três anos no órgão.

Ana Frazão é diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, mas anunciou que se afastará para assumir o cargo no Cade.

Eduardo Pontual é professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

De 2009 a 2011, foi vice-economista-chefe e economista-

-chefe interino do Cade.

Com cerca de 80 conselheiros, o Cade tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado, sendo responsável por investigar e decidir, em última instância, sobre a matéria concorrencial. Também tem como tarefa fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência.

MUSEU HISTÓRICO ITAMAR FRANCO

O Museu Histórico do Senado passará a ser denominado Senador Itamar Franco, conforme projeto de resolução do Senado (PRS 39/11), de José Sarney (PMDB-AP), aprovado ontem. A matéria vai à promulgação. Aécio Neves (PSDB-MG) pediu à Mesa a votação e foi atendido.

Para ele, trata-se de uma justa homenagem ao ex-presidente da República e senador Itamar Augusto Cautiero Franco, falecido em julho de 2011.

MAIS ESPAÇO PARA EMERGENTES NO BIRD

Os senadores aprovaram o PDS 78/12, que promove duas modificações na Convenção do Banco Mundial (Bird). Uma delas aumenta a participação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisões, tornando-o mais democrático.

A outra aumenta para 85% o número de votos necessários para modificar a convenção, com o objetivo também de dar maior legitimidade às medidas adotadas pelo banco.

ACORDOS COM TURQUIA E CAMARÕES

O Plenário aprovou acordos com a Turquia e Camarões para permitir que familiares de diplomatas dessas nações em missão no Brasil possam trabalhar, da mesma forma que familiares de diplomatas brasileiros em missão nesses países exerçam atividades profissionais, sempre com autorização prévia.

Ambos os acordos seguem padrões internacionais já consagrados em acordos do Brasil com mais de 50 países.

ISENÇÃO DE VISTO PARA VIAGENS CURTAS

Foi aprovado no Plenário o projeto (PDS 123/12) que ratifica acordo firmado entre Brasil e todos os países da União Europeia sobre isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes comuns. O texto foi assinado em Bruxelas em novembro de 2010.

A isenção de vistos aplica-se a permanências de até 90 dias, destinadas a atividades turísticas, visitas familiares e participação em conferências e competições desportivas.



Romero Jucá, Renan Calheiros e Eunício Oliveira na CCI: pena mais alta para quem explora crianças e adolescentes

Mais rigor contra exploração sexual de crianças

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem um projeto que aumenta a punição para a exploração sexual de crianças e adolescentes. A pena passa a ser de 6 a 12 anos de reclusão. Atualmente, vai de 4 a 10 anos. Se não houver recurso, o projeto irá para a Câmara.

A proposta (PLS 495/11), que é do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), prevê que a pena também será aplicada a quem facilitar ou estimular esse crime pela internet.

O presidente da CCJ e

relator da proposta, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), falou da gravidade da prostituição infantil e disse que as medidas previstas no projeto devem contribuir para a saúde pública.

Ele citou dados de 2010 do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que mostram um aumento de 34% na vulnerabilidade de contaminação pelo HIV entre jovens de 15 a 19 anos, em relação à pesquisa anterior.

Outra mudança estabelece parceria entre União, estados

e municípios para campanhas educativas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. A Política Nacional de Turismo também deverá inserir esse crime como prática a ser combatida.

Eunício homenageou a ex-senadora Patrícia Saboya, que defendeu os direitos de crianças e adolescentes. Romero Jucá (PMDB-RR), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Gim Argello (PTB-DF), Eduardo Lopes (PRB-RJ) e Aécio Neves (PSDB-MG) também elogiaram a iniciativa.

Senado recebe proposta de Código Penal, e Sarney diz que sociedade será ouvida

Comissão de juristas passou sete meses discutindo a modernização da legislação criminal; anteprojeto elaborado por eles será transformado pelo Senado em projeto de lei

APÓS SETE MESES de trabalho, os juristas da comissão criada pelo Senado para propor a reforma do Código Penal entregaram ontem ao presidente da Casa, José Sarney, o anteprojeto contendo suas sugestões.

Para que o código atual seja substituído pelo novo, o anteprojeto precisa ser transformado em projeto de lei pelos senadores, aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e, no final, sancionado pela presidente da República.

Sarney disse esperar que o novo Código Penal seja aprovado até o final deste ano. De acordo com ele, a sociedade será consultada durante a tramitação do projeto de lei no Senado.

— É uma matéria complexa, com temas controversos. Vamos fazer audiências públicas e ouvir a sociedade uma vez mais — afirmou.

O Código Penal em vigor é de 1940, não correspondente ao Brasil atual. Os juristas propõem que vários crimes caíam, que novos sejam incorporados à lei, que algumas penas sejam endurecidas e que outras sejam abrandadas.

Agora o anteprojeto será convertido em projeto de lei, que então será analisado inicialmente pelos senadores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na solenidade de entrega do anteprojeto, o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que a intenção é dar celeridade ao exame da proposta. Para isso, ele anunciou a criação de um grupo de trabalho que cuidará especialmente do projeto de reforma do Código Penal.

— Sob a égide da Constituição democrática de 1988, não podemos mais conviver com o código de 1940.

Agora o anteprojeto será convertido em projeto de lei, que então será analisado inicialmente pelos senadores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na solenidade de entrega do anteprojeto, o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que a intenção é dar celeridade ao exame da proposta. Para isso, ele anunciou a criação de um grupo de trabalho que cuidará especialmente do projeto de reforma do Código Penal.

— Sob a égide da Constituição democrática de 1988, não podemos mais conviver com o código de 1940.

Agora o anteprojeto será convertido em projeto de lei, que então será analisado inicialmente pelos senadores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na solenidade de entrega do anteprojeto, o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que a intenção é dar celeridade ao exame da proposta. Para isso, ele anunciou a criação de um grupo de trabalho que cuidará especialmente do projeto de reforma do Código Penal.



O ministro Gilson Dipp (C) conversa com o presidente do Senado, José Sarney, na cerimônia de entrega do anteprojeto de reforma do Código Penal: legislação adaptada ao Brasil de hoje

CCJ criará grupo dedicado exclusivamente ao projeto

A comissão de juristas que elaborou o anteprojeto de reforma do Código Penal foi criada por sugestão do senador Pedro Taques, que teve seu requerimento aprovado pelo Plenário. Na cerimônia de ontem, Taques destacou que o atual código, de 1940, foi elaborado “quando vigorava no país uma Constituição antidemocrática, num contexto adverso que definiu a anatomia do texto”.

— Sob a égide da Constituição democrática de 1988, não podemos mais conviver com o código de 1940. Agora o anteprojeto será convertido em projeto de lei, que então será analisado inicialmente pelos senadores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na solenidade de entrega do anteprojeto, o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que a intenção é dar celeridade ao exame da proposta. Para isso, ele anunciou a criação de um grupo de trabalho que cuidará especialmente do projeto de reforma do Código Penal.

Sociedade enviou mais de 6 mil sugestões ao grupo de juristas

Para elaborar o anteprojeto, durante sete meses, a comissão especial de juristas realizou audiências públicas e examinou mais de 6 mil sugestões enviadas pela sociedade por meio do Alô Senado, serviço vinculado à Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado.

Pela proposta dos juristas, o novo código terá mais de 500 artigos, ante os 356 da atual norma. A maior quantidade de artigos decorre da incorporação de leis que abordam temas penais de forma autônoma.

Entre as normas autônomas que serão integradas ao Código Penal, estão as leis relacionadas a drogas e lavagem de dinheiro. Também serão absorvidos artigos do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

— Também é preciso ter uma polícia eficiente, um Ministério Público eficiente, um Judiciário eficiente.

Para Viana, novo Código Penal ajudará a reduzir número de homicídios no país

Jorge Viana (PT-AC) elogiou a qualidade do anteprojeto do novo Código Penal. O documento foi entregue ao presidente do Senado, José Sarney, pela comissão especial de juristas que elaborou a proposta.

O senador afirmou que o Brasil tem 117 leis penais diferentes, o que ele caracterizou de “legislação dispersa e ineficiente”.

Ao aperfeiçoar e simplificar as normas penais — o código atual é de 1940 —, o novo Código Penal poderá ajudar a diminuir o “impressionante” número de homicídios cometidos no país, desejou o senador.

Jorge Viana afirmou que o Brasil “vive uma guerra urbana não assumida”. Ele ressaltou que mais de 1 milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil nos últimos 30 anos. Para o senador, esse grande número de homicídios envergonha toda a população brasileira.

— O Brasil tem 3% da população do planeta, mas contabiliza 12% dos assassinatos. Foram mais de 49 mil homicídios apenas em 2010. Temos de pôr fim a essa matança que acontece em todas as regiões do país — afirmou Jorge Viana, informando que o anteprojeto do novo Código Penal será enviado pelo presidente do Senado, José Sarney, para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Jorge Viana: texto incorporará leis criminais dispersas

Legislação criminal brasileira é uma “colcha de retalhos”, afirma Casildo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que é “digno de reconhecimento” o trabalho da comissão especial de juristas que produziu o anteprojeto do novo Código Penal, entregue ontem ao presidente do Senado, José Sarney.

— Esta Casa terá diante de si um desafio de grande dimensão e relevância, que é a análise do documento.

Para o senador, o código exige atualização, por ter mais de 70 anos e ter recebido diversas atualizações, transformando-se em “uma verdadeira colcha de retalhos”.

Casildo afirmou que a comissão buscou modernizar o texto do Código Penal, unificando leis, compatibilizando tipos penais e descriminalizando condutas.

Ele acrescentou que o texto aborda assuntos polêmicos como aborto e drogas.

O senador Casildo pediu a participação da

sociedade civil no debate do novo texto e disse que os parlamentares não podem fugir da responsabilidade sobre o assunto.

— De forma democrática, chegaremos às conclusões que refletem os anseios e necessidades dos brasileiros.

O anteprojeto foi elaborado a partir das discussões realizadas durante os sete meses de funcionamento da comissão de juristas.



Casildo: em 70 anos, Código Penal passou por mudanças pontuais

Ficha Limpa poderá ser aplicada para cargos públicos

Os requisitos de probidade administrativa e moralidade pública exigidos dos candidatos a cargos eletivos pela Lei da Ficha Limpa (Lei 135/10) poderão ser seguidos no preenchimento de cargos públicos efetivos e comissionados. A inovação consta de proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC 30/10 acrescenta dispositivo ao artigo 37 da Constituição, que reúne os princípios gerais aplicados

à administração pública. O relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), fez ajustes no texto original para definir como exigência inicial a não condenação criminal por crime doloso (intencional), nos últimos oito anos, por decisão transitada em julgado ou sentença de órgão judicial colegiado.

— Se o candidato a cargo eletivo é obrigado a demonstrar o cumprimento de requisitos mais exigentes, aqueles que almejam ocupar cargos efetivos ou comissionados

na administração pública também devem fazê-lo.

O cumprimento das obrigações eleitorais e militares — essa última para os homens — é outro requisito proposto pela PEC 30/10.

O relator vê a população brasileira como grande beneficiária da aplicação da Ficha Limpa para o preenchimento de cargos públicos.

A matéria, agora, terá que ser submetida a dois turnos de votação no Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Crimes contra a honra praticados pela internet

Cinco crimes já previstos no Código Penal — constrangimento ilegal, ameaça, calúnia, injúria e difamação — podem passar a ser punidos também quando praticados pela internet. A extensão da punibilidade para as práticas de crimes contra a honra foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A medida consta de projeto (PLS 481/11) de Eduardo Amorim (PSC-SE), que segue

agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

O texto aprovado inclui trechos do PLS 484/11, também de Amorim. O relator na CCT, Sérgio Souza (PMDB-PR), condensou as duas propostas em um substitutivo, acrescido de emendas. Segundo ele, “no caso das redes sociais — ou, mais genericamente, no caso da internet —, há especificidades que requerem uma referência explícita, sob pena de

o sistema penal não ser capaz de caracterizar e penalizar o crime”, sustenta o relator.

Uma das emendas de Sérgio Souza altera o artigo 143 do Código Penal, que livra de punição o ofensor que se retratar da calúnia ou difamação antes da sentença. A mudança visa impedir a concessão do benefício quando esses crimes contra a honra e a vida privada das pessoas forem cometidos pela internet. “É impraticável uma retratação que efetivamente elimine ou evite os danos materiais ou morais incorridos pela vítima”, explica.

Outra emenda, de Amorim, determina, no Código de Processo Penal, a impressão pela polícia da página da internet com o material ofensivo à honra ou à privacidade de alguém. A medida tem por objetivo evitar que o criminoso elimine a publicação da internet, dificultando a produção de provas.



Na CCT, Sérgio Souza (E), Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento e Benedito de Lira

Senadores querem debater com o ministro das Relações Exteriores a posição brasileira diante do *impeachment* do presidente Lugo



Para Dornelles (ao lado de Ana Amélia, à esquerda), postura do governo brasileiro sobre o Paraguai ainda não está clara, enquanto Collor (D) condena represálias contra o país vizinho

Patriota falará sobre Paraguai na Comissão de Relações Exteriores

A SITUAÇÃO POLÍTICA no Paraguai, após a deposição do presidente Fernando Lugo, será tema de debate com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, previsto para 11 de julho, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na reunião de ontem, o presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL), contestou a versão de que teria ocorrido no Paraguai um golpe de Estado. O senador, que também sofreu *impeachment* na Presidência da República em 1992, disse que a Constituição do país vizinho prevê a realização de um julgamento político do presidente por mau exercício de suas funções. E lembrou que a Suprema Corte paraguaia rejeitou ação de inconstitucionalidade movida por Lugo contra o afastamento.

Collor teve a concordância de Francisco Dornelles (PP-RJ), para quem o Brasil não pode “ficar a reboque de

iniciativas mais radicais” de outros países vizinhos contra o Paraguai. Dornelles disse que quer conhecer melhor a posição do governo brasileiro, segundo ele, “ainda não muito clara”.

Por sua vez, Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou temer que a suspensão do Paraguai do Mercosul, decidida em conjunto por Brasil, Argentina e Uruguai, provoque “instabilidade econômica” no país vizinho.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que existe uma “grande diferença” entre o afastamento de Lugo e o *impeachment* de Collor, em 1992. Há 20 anos, recordou, houve um longo processo de apuração de irregularidades no governo brasileiro, com garantia de defesa ao então presidente da República.

Em resposta, Collor afirmou que “não pode haver paralelo” entre os dois fatos, uma vez que são situações históricas e constituições diferentes.

O presidente da comissão criticou a decisão de suspender o Paraguai do Mercosul e da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

— Retirar o Paraguai porque ele cumpriu a Constituição?

LDO

Na mesma reunião, a CRE aprovou suas emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013. Segundo parecer de Dornelles, serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO) cinco emendas relativas às metas incluídas no projeto.

As emendas beneficiam iniciativas governamentais relativas a segurança de voo e controle do espaço aéreo, construção de submarinos, implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, participação em missões de paz e negociações com a Organização Mundial do Comércio.

Lindbergh Farias critica processo de *impeachment* contra Fernando Lugo



Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou na terça-feira o processo de afastamento do presidente paraguaio, Fernando Lugo. Ele disse que a situação do país

vizinho é diferente da que o Brasil viveu em 1992, com o *impeachment* do então presidente e hoje senador, Fernando Collor.

O senador, que era presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 92 e liderou os chamados carapintadas em protestos contra Collor, afirmou que, no caso brasileiro, houve amplo espaço para a defesa. No Paraguai, lembrou, Lugo teve apenas 36 horas para se defender.

Para Vanessa, afastamento de presidente do Paraguai foi golpe à democracia



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que o afastamento do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, é inaceitável. A senadora afirmou

que o *impeachment* aprovado pelo Congresso paraguaio baseou-se em “acusações vagas, sem uma única prova consistente”.

Falando em seu nome e no do PCdoB, a senadora disse que, independentemente de posições ideológicas, o afastamento de Lugo “foi um golpe à democracia, não só daquele país, mas de todo o continente”. Ela parabenizou o governo brasileiro por condenar a forma como Lugo foi destituído.

Inácio se solidariza com paraguaios e diz que destituição foi sumária



O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) prestou solidariedade, na terça-feira, à população do Paraguai, em virtude do impedimento do presidente

Fernando Lugo.

— Não é normal o que está acontecendo. Não é aceitável que, de forma sumária, se destitua o presidente, mesmo porque, se fosse dado mais tempo para o debate e discussão com a sociedade, o povo se levantaria em defesa do presidente da República — afirmou.

No mesmo discurso, Inácio confirmou sua pré-candidatura ao cargo de prefeito de Fortaleza.

Eduardo Braga anuncia que não disputará prefeitura de Manaus

Líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM) anunciou ontem, em Plenário, sua decisão de não concorrer à prefeitura de Manaus. Ele salientou que, “mesmo dividido e emocionado”, tem um compromisso com a presidente Dilma Rousseff e o povo que o elegeu para o Legislativo.

— De comum acordo com a presidente Dilma, decidimos pela permanência na liderança do governo, embora acompanhando muito de perto o desenvolvimento das lides políticas e eleitorais em Manaus.

Braga, que foi prefeito de Manaus e governador do Amazonas, disse que teria grande satisfação em voltar a governar a capital. Mas destacou a importância de seu trabalho como líder do governo. Desde que assumiu o posto, há quatro meses, a Casa aprovou matérias como o fim da chamada guerra dos portos, a aposentadoria integral por invalidez e o regime da previdência complementar.

Lopes comemora resultado de pesquisa eleitoral em São Paulo

Eduardo Lopes (PRB-RJ) comemorou ontem, em discurso no Plenário, a segunda colocação obtida pelo pré-candidato do seu partido, Celso Russomanno, na pesquisa Datafolha sobre as intenções de voto para a Prefeitura de São Paulo.

Russomanno aparece com 24% das intenções de voto, atrás do candidato do PSDB, José Serra, que lidera com 31%. Fernando Haddad, do PT, ficou em terceiro, com 6%.

— Eu quero parabenizar Celso Russomanno pela sua postura e capacidade — disse.

O senador previu que, se o crescimento do candidato se mantiver dentro desses parâmetros, o PRB irá para o segundo turno contra José Serra. Lopes informou que o PRB deverá disputar mais de 300 prefeituras no país, sendo duas capitais: além de São Paulo, Salvador. Só no estado do Rio de Janeiro, o partido disputará 16 prefeituras, tendo ainda 25 candidatos a vice-prefeito.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Randolfe protesta contra limites à atuação do MP



A proposta que torna o poder de investigação criminal privativo da Polícia Federal e das polícias civis, retirando essa atribuição do Ministério Público (MP),

foi classificada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) como a "PEC da Impunidade".

O senador fez um apelo ao Supremo, para que não compactue com a proposta, já que o voto do ministro Cezar Peluso, relator no tribunal de ação com objetivo semelhante, "caminha para o estabelecimento de restrições à atuação do MP". Para Randolfe, impor tais limites "só interessa ao crime organizado".

Paim comemora lei que beneficia motoristas

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a sanção presidencial ao projeto que regulamenta a profissão de motorista (Lei 12.619/12), garantindo benefícios como repouso diário, descanso semanal e seguro pago pelo empregador.

— Os motoristas de veículos rodoviários de passageiros e de carga, por seu papel na economia, já faziam por merecer uma legislação à altura de sua importância — afirmou.

Paim informou que há projeto de sua autoria (PLS 271/08), criando o Estatuto do Motorista, que amplia alguns direitos, como aposentadoria especial e regras para formar profissionais.

Suplicy defende plano de carreira nas federais



Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo ao governo para que apresente logo uma proposta de plano de carreira para professores e funcionários das universidades federais.

O senador disse, terça-feira, que os docentes têm enfrentado um momento difícil em face da greve, que já dura 50 dias e atinge 57 instituições, para reivindicar carreira única com incorporação de gratificações em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para 20 horas correspondente ao salário mínimo do Dieese (atualmente calculado em R\$ 2.329,35) e percentuais de acréscimo sobre titulação e regime de trabalho.

Senador presta homenagem a Rose Marie Muraro

Ontem Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou a escritora Rose Marie Muraro, que não pôde falar na Rio+20 porque teve uma indisposição e terminou internada em um hospital. Mesmo assim, enviou uma carta para marcar sua participação no evento.

O senador leu a carta em que a escritora rejeita paradigmas econômicos adotados pelas nações e critica a forma como os países têm lidado com o dinheiro. Segundo Rose Marie, o dinheiro precisa mudar de natureza no mundo contemporâneo.

Profissional que já fez campanha eleitoral para governador de Goiás afirma que recebeu das mãos dele R\$ 40 mil tirados de dentro de um frigobar e que R\$ 90 mil vieram de duas empresas acusadas de integrar o esquema de Carlinhos Cachoeira

Radialista diz à CPI que recebeu "dinheiro sujo" de Marconi Perillo

EM DEPOIMENTO À CPI mista do Cachoeira, ontem, o radialista Luiz Carlos Bordoni chamou de mentiroso o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Ao explicar sua participação na campanha eleitoral do governador, em 2010, Bordoni disse ter recebido "dinheiro sujo por um trabalho limpo".

O dinheiro, segundo ele, veio de duas empresas consideradas pela Polícia Federal como integrantes do esquema de Cachoeira: Alberto & Pantoja Construções e Adécio & Rafael Construtora. Bordoni disse que tinha o governador como "ídolo, amigo de longa data e pessoa de confiança", mas que agora ele virou "um algoz".

— Quem tem amigo como Marconi não precisa de inimigo. Gostaria que ele estivesse aqui para uma acareação — afirmou o radialista, que ofereceu a quebra de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico à comissão.

O discurso inicial de Bordoni durou pouco mais de uma hora. Ao explicar sua participação na campanha eleitoral de 2010, o radialista afirmou que fez um contrato verbal com Marconi para produzir programas de rádio por R\$ 120 mil, mais R\$ 50 mil a título de bônus em caso de vitória. Desse total, R\$ 40 mil foram pagos em dinheiro vivo pelo próprio governador, em um

envelope retirado de dentro de um frigobar, outros R\$ 30 mil vieram do comitê eleitoral, e R\$ 10 mil foram pagos por Jayme Eduardo Rincon, então tesoureiro da campanha.

— Faltaram R\$ 90 mil, que foram pagos em duas vezes: R\$ 45 mil pela Alberto & Pantoja Construções e outros R\$ 45 mil pela Adécio & Rafael Construtora e Terraplenagem, com depósitos feitos na conta de minha filha, Bruna, que cuida de meus negócios — explicou.

Segundo o radialista, o número da conta bancária foi passado a Lúcio Fiúza Gouthier, assessor do governador. Bordoni disse ainda que Marconi "faltou com a verdade" para a CPI ao demonstrar uma nota fiscal no valor de R\$ 33.300 em nome da Art Mídia como prova de pagamento pelo trabalho.

— Se os senhores me mostrarem onde está meu nome nesse papel, eu engulo a folha — desafiou.

Senadores do PSDB procuraram desqualificar a testemunha. Alvaro Dias (PR) alegou que o radialista não tem como provar que recebeu parte do pagamento das mãos do governador e advertiu que Bordoni confessou crime contra o sistema tributário nacional ao admitir que recebeu parte do pagamento sem declarar ao fisco. Mário Couto (PA) perguntou por que o radialista não

devolveu o dinheiro admitido como sujo. O senador foi advertido pelo presidente em exercício da CPI, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), para tratar "com urbanidade" a testemunha.

Outros dois depoimentos não aconteceram. O presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras e ex-tesoureiro da campanha de Marconi, Jayme Eduardo Rincon, pediu novo adiamento, por problemas de saúde. Já a ex-chefe de gabinete do governador de Goiás, Eliane Gonçalves Pinheiro, ficou calada graças a um *habeas corpus*.

Ameaças

Os integrantes da CPI mostraram preocupação com as ameaças sofridas pela procuradora da República Léa Batista, que atuou na operação policial que resultou na prisão de Cachoeira. Para os parlamentares, está claro que a quadrilha continua operando, daí a necessidade de manutenção da prisão preventiva de participantes do bando.

A deputada Íris de Araújo (PMDB-GO) denunciou que foi ameaçada após se pronunciar sobre a Operação Monte Carlo. Teixeira informou que vai conversar com as Mesas do Senado e Câmara e com o Judiciário e o Ministério Público para encontrar formas de proteger os envolvidos nas apurações.

O radialista Bordoni apresenta documento durante depoimento à CPI, ao lado do deputado Paulo Teixeira e do senador Vital do Rêgo



Aliados respondem a críticas da oposição sobre a condução da CPI

Enquanto parlamentares do PSDB criticaram a condução da reunião de ontem, os governistas disseram que a situação de Marconi se complicou.

Parlamentares da oposição apontaram processos sofridos por Bordoni e o fato de ele não ter pago o imposto devido, o que, segundo o radialista, foi feito após o surgimento das denúncias. Para parlamentares tucanos, o radialista também já teria escrito texto em defesa do nazismo e afirmado, em entrevista, ter sido abduzido por extraterrestres.

O relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), disse que o depoente convive com Marconi há 14 anos sem nunca ter recebido críticas. Para ele, as denúncias merecem investigação.

— O governador, fica evidente, teve sua campanha financiada com dinheiro do crime organizado — afirmou.

Cunha não descarta uma acareação entre os envolvidos. A próxima reunião administrativa da CPI, segundo ele, deve acontecer em 5 de julho.

Para o senador Mário Couto, a CPI está dirigida a acusar Marconi em vez de convocar depoentes importantes, como o ex-dono da Delta, Fernando Cavendish, e o ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot.

— Eu me retirei e não vou mais a essa CPI porque ela perdeu a credibilidade — disse Couto, que não é membro da CPI.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) disse que, sem Cavendish e Pagot, fica difícil responder às acusações de que a CPI é usada para luta partidária.

O vice-presidente da comissão, deputado Paulo Teixeira, garantiu que os trabalhos estão sendo conduzidos com imparcialidade.

Saúde e *habeas corpus* impedem depoimentos

No documento encaminhado por Rincon à CPI para pedir o adiamento de seu depoimento, o ex-tesoureiro de campanha de Marconi alega motivos de saúde. De acordo com o texto, Rincon passará por pré-operatórios e cirurgia nas próximas semanas por causa de três aneurismas. Rincon já havia apresentado atestado médico pedindo adiamento de seu depoimento em 29 de maio. A deputada Íris de Araújo afirmou que ele teria condições de comparecer.

— Ele está trabalhando normalmente lá em Goiás — protestou Íris.

A ex-chefe de gabinete de Marconi, Eliane, conseguiu *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal para ficar em silêncio. Ela é suspeita de repassar informações sobre operações policiais à quadrilha de Cachoeira.



Hélio Bicudo apresenta dados das Nações Unidas em reunião da CPI do Tráfico de Pessoas, ao lado dos senadores Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Paulo Davim

Exigência para eleição na OAB pode diminuir

A exigência de cinco anos de exercício profissional poderá ser dispensada na eleição para alguns órgãos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a projeto de lei que flexibiliza a regra.

A proposta (PLC 17/12) altera a Lei 8.906/94, que trata do Estatuto da Advocacia e da OAB. Essa norma estabelece, entre outros requisitos para candidatos a cargos eletivos na ordem, não ter sido condenado por infração disciplinar e exercer a advocacia há mais de cinco anos.

O texto original do projeto retirava da lei apenas o tempo exigido. Um meio termo sugerido pelo relator reduziu o prazo para três anos nas candidaturas aos cargos de conselheiro seccional e de subseções, mas manteve os cinco anos para diretoria no Conselho Federal do órgão, nos conselhos seccionais e nas subseções da entidade.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário, a matéria seguirá direto para reexame da Câmara.

Taques: questões sobre indicado ao conselho do MP

Requerimento de informações do senador Pedro Taques (PDT-MT) poderá levar ao adiamento da sabatina de Luiz Moreira Gomes Júnior, indicado para novo mandato no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Jorge Viana (PT-AC) fez ontem a leitura de relatório sobre a indicação na CCJ.

Taques resolveu pedir informações complementares à Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a existência de investigação contra o indicado.

Humberto Costa (PT-PE) disse não se opor ao pedido, mas ponderou que as dúvidas poderiam ser esclarecidas durante a sabatina. Ele suscitou a existência de divergências sobre a recondução de Luiz Moreira Gomes Júnior ao CNMP pelo fato de o indicado eventualmente manter relacionamento com pessoas ligadas ao PT.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), concedeu vista coletiva do processo e informou que a sabatina só poderá ser marcada depois que a PGR prestar as informações solicitadas.

Norte e Nordeste concentram rotas de tráfico de pessoas

Dados da ONU foram apresentados ontem em CPI; rotas nacionais envolvem meninas adolescentes, enquanto internacionais incluem adultas

AS REGIÕES MAIS pobres do Brasil são as que apresentam a maior concentração de rotas de tráfico de pessoas. O Norte tem a maior concentração de rotas (76), seguido do Nordeste (69), do Sudeste (35), do Centro-Oeste (33) e do Sul (28).

As informações constam da *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil*, da ONU, e foram citadas pelo presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, Hélio Bicudo.

Ele participou ontem de uma

reunião da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o tráfico de pessoas.

A pesquisa identificou 241 rotas de tráfico — 110 relacionadas com o tráfico interno (intermunicipal e interestadual) e 131 com o tráfico internacional.

— As rotas dirigidas a outros países visam sobretudo o tráfico de mulheres adultas. As rotas domésticas têm como foco principal meninas adolescentes — explicou Bicudo.

Segundo ele, os traficantes raramente são apanhados porque, para isso, teriam que ser flagrados viajando com a

pessoa (traficando). Muitas das vítimas são levadas pelos próprios parentes.

A presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), defendeu a criação de uma legislação específica para combater o problema.

— Não basta tratar do tráfico de pessoas no Código Penal porque seria como se admitíssemos que o correto no enfrentamento seria apenas penalizar as pessoas que cometem o crime sem entender a necessidade de proteção das vítimas e da própria mudança

As rotas

As regiões mais pobres do país são também aquelas que apresentam a maior concentração de rotas de tráfico de pessoas

Norte	76
Nordeste	69
Sudeste	35
Centro-Oeste	33
Sul	28

Fonte: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

cultural. Devemos apresentar a proposta de uma lei específica.

O relatório final da CPI deve ser apresentado em agosto, pela relatora, Lídice da Mata (PSB-BA).

Projeto que estabelece piso salarial para os vigilantes será votado na Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) confirmou ontem, em votação suplementar, a aprovação do projeto que estabelece piso salarial nacional para vigilantes.

Se não for apresentado recurso para votação em Plenário, a matéria segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto (PLS 135/10) prevê três faixas de piso salarial, conforme graus de responsabilidade e risco profissional na atividade desenvolvida: R\$ 800 para grau mínimo; R\$ 950 para grau médio; e

R\$ 1.100 para grau máximo.

Pelo texto, a classificação das atividades e dos profissionais sujeitos aos diversos graus de risco e responsabilidades, em função das condições específicas em que o trabalho é realizado, será decidida nas negociações coletivas.

A proposta determina que os valores sejam reajustados anualmente pela variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Aprovada reintegração de funcionários do BNB desligados entre 1995 e 2003

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, terminativamente, a reintegração de ex-funcionários concursados do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) demitidos sem justa causa ou coagidos a pedir demissão entre março de 1995 e fevereiro de 2003.

Segundo a Associação dos Funcionários do BNB, 694 empregados da instituição foram demitidos “de forma arbitrária” no período. Se não houver recurso para votação em Plenário, a proposta (PLS

68/07) segue para a Câmara.

A medida consta de projeto de Inácio Arruda (PCdoB-CE). O retorno ao serviço deverá ocorrer no mesmo cargo ocupado anteriormente, ou em função equivalente, caso tenha havido reestruturação administrativa.

Os ex-funcionários do BNB que desejarem ser reintegrados deverão manifestar formalmente seu interesse e apresentar a documentação exigida para a operação no prazo de 60 dias após o início da vigência da lei.

Souza defende juros menores e mais recursos para agropecuária

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu que o Plano Safra 2012-2013, a ser anunciado hoje pela presidente Dilma Rousseff, tenha juros de, no máximo, 5% ao ano. O senador lembrou que, no ano passado, a taxa foi de 6,75%. O governo, disse ele, destinará, pelo Plano Safra, cerca de R\$ 115 bi para a agricultura industrial. No entanto, segundo Sérgio Souza, do total de crédito, somente cerca de 5% vão para o setor produtivo agropecuário, responsável, disse, por quase 23% do produto interno bruto (PIB).

Setor calçadista sofre com competição de importados, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com os trabalhadores do setor calçadista do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Segundo o senador, os exportadores vêm enfrentando problemas de competitividade no mercado externo por causa da excessiva valorização da moeda nacional. Além disso, o setor sofre uma inquietação devido às importações. Paim afirmou que foram importados do exterior 34 milhões de pares, a um custo de US\$ 427,7 milhões, principalmente do Vietnã e da China.

Ângela pede mais mobilidade e qualidade no transporte coletivo

Ângela Portela (PT-RR) defendeu a atualização do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), que fixa diretrizes gerais da política urbana. Deve-se incorporar, disse, um novo modelo de mobilidade, com acessibilidade, para melhorar a vida da população. — A solução para ter mobilidade seria as autoridades investirem em transporte coletivo eficiente. Ninguém vai deixar o automóvel em casa, se temos um transporte urbano coletivo de péssima qualidade.

Eduardo Lopes celebra descoberta de vacina contra esquistossomose

A descoberta de uma vacina contra a esquistossomose, popularmente conhecida como barriga d'água, pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), foi comemorada por Eduardo Lopes (PRB-RJ).

A doença, causada por um parasita, pode levar à morte. Em todo o mundo, há cerca de 200 milhões de pessoas infectadas, sendo 2,5 milhões no Brasil. O senador parabenizou o instituto e a pesquisadora responsável, Miriam Tandler, pelo feito que, em sua avaliação, mostra a posição de destaque do Brasil na área.

A vacina, patenteada pela Fiocruz, foi aprovada em sua primeira fase.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Mirreia Manz/Agência Senado